



**RIBEIRA DO
POMBAL**
P R E F E I T U R A

Estado da Bahia
Município de Ribeira
do Pombal

EDITAL



**RIBEIRA DO
POMBAL**
P R E F E I T U R A

Estado da Bahia
**Município de Ribeira
do Pombal**

AVISO

EDITAL Nº 023/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que o Município de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia, através do Departamento de Licitações e Contratos, realizará **PREGÃO** em sua forma eletrônica, de acordo com as condições estabelecidas no Edital:

OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada no fornecimento e implantação de solução pedagógica integrada para o ensino de Matemática, composta por Kits Móveis Didáticos e plataforma digital, incluindo suporte aos profissionais, destinada ao desenvolvimento das competências e habilidades lógico-matemáticas dos alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, observadas as especificações e condições constantes no edital e anexos.

PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: A sessão pública será realizada na plataforma **www.portaldecompraspublicas.com.br**, no dia **26 de maio de 2026**, com início às **9H**, horário de Brasília – DF.

EDITAL: O edital poderá ser obtido através do endereço eletrônico **www.portaldecompraspublicas.com.br** ou Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP no endereço eletrônico **www.pncp.gov.br**.

Ribeira do Pombal/BA, 14 de maio de 2026.

Ariosvaldo Barboza Cavalcante
Pregoeiro



1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO POMBAL, Estado da Bahia, por seu pregoeiro Ariosvaldo Barboza Cavalcante, designado pelo Decreto nº 052/2025, conforme disposto na Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e Lei Municipal 888/2023, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de janeiro de 2006, com alterações posteriores, Decreto Municipal Nº 055 de 26 de julho de 2021 e Decreto Municipal nº 005, de 08 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 033, de 12 de julho de 2023 torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, conforme condições e especificações detalhadas no edital e seus anexos, devendo ser acessado pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, através do sistema (wcompras), obedecendo às disposições do decreto municipal nº 005 de 08 de janeiro de 2024.

OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada no fornecimento e implantação de solução pedagógica integrada para o ensino de Matemática, composta por Kits Móveis Didáticos e plataforma digital, incluindo suporte aos profissionais, destinada ao desenvolvimento das competências e habilidades lógico-matemáticas dos alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, observadas as especificações e condições constantes no edital e anexos.

DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **26/05/2026 às 8H.**

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:
26/05/2026 às 09H.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ÓRGÃO GERENCIADOR - Órgão ou entidade da Administração responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, qual seja: Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

ÓRGÃO PARTICIPANTE - Órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços, quais sejam: Fundo Municipal de Educação.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. **Não poderão participar desta licitação:**

2.2. Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s).

2.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente,

Praça Domingos Ferreira de Brito, s/n, Pedro Tibúrcio, Ribeira do Pombal - BA, 48400-000 ☎ **3276-1026 / 3276-1688**

E-mail: licitacao@ribeiradopombal.ba.gov.br



gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.7. Qualquer pessoa física ou jurídica que se enquadre nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.8. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e nas normas legais em que baseia este edital.

3. DAS EMPRESAS E ENTIDADES BENEFICIÁRIAS DA LC 123/06

3.1. Poderão participar deste pregão as empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto deste edital.

3.2. A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte pelo licitante, empresário ou sociedade será efetuada mediante a apresentação da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do seu domicílio, emitida em até 30 (trinta) dias anteriores a data da sessão, inserida no sistema no momento do envio dos documentos de habilitação, podendo a condição de ME e EPP ser consultada no balanço patrimonial do último exercício social.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio.
- b) responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame.
- c) abrir a sessão pública.
- d) analisar e verificar a aceitabilidade das propostas.
- e) desclassificar propostas indicando os motivos.
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar.
- h) declarar o vencedor.
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência de intenção de recursos.
- j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico.
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.



4.2. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços e documentos de credenciamento exigidos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

4.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

4.5. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através do suporte no www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.6. DAS ASSINATURAS E AUTENCIDADE DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL

4.6.1. A documentação exigida no edital deverá ser apresentada em original ou em cópia autenticada, serão aceitos documentos cuja validade e/ou autenticidade possa ser confirmada diretamente no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade emissora.

4.6.1.1. Nos termos do art. 3º da Lei nº 13.726/2018, a autenticação de cópias pela Administração somente poderá ser realizada mediante a conferência entre o documento original e sua respectiva cópia, cabendo ao agente de contratação e/ou pregoeiro atestar a autenticidade após a devida comparação.

4.6.2. Serão aceitos apenas documentos com assinaturas juridicamente válidas, observada a legislação aplicável, conforme segue:

a) assinaturas manuscritas, cujo reconhecimento será verificado mediante confronto com a assinatura constante do documento de identidade do signatário, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei nº 13.726/2018.

b) autenticidade de cópias de documentos públicos ou particulares, que poderá ser comprovada perante agente da Administração mediante apresentação do original ou por declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

c) documentos nato-digitais assinados, desde que contenham assinatura eletrônica emitida nos termos do art. 5º da Lei nº 14.063/2020, cuja autenticidade e integridade possam ser verificadas eletronicamente no respectivo portal ou validador.

4.6.3. No caso de cópias autenticadas e/ou de reconhecimento de firma realizados por agente da Administração Pública, o ato deverá conter, obrigatoriamente, o nome completo, a matrícula funcional e o departamento do servidor responsável pela autenticação e/ou reconhecimento.

4.6.4. Não serão aceitos documentos assinados por meio de assinaturas digitalizadas ou meramente escaneadas. A apresentação de documento nessas condições, que não atendam o disposto acima, poderá implicar na inabilitação/desclassificação da licitante.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO



- 5.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico **www.portaldecompraspublicas.com.br** e até a data e hora marcadas para recebimento das propostas, os licitantes deverão preencher a proposta no sistema com a descrição do objeto ofertado e preço, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. O licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações para a execução do objeto desta licitação.
- 5.3. Por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante, causando a desclassificação deste, caso insira caractere que possibilite identificação de sua proposta inicial.
- 5.3.1. De modo a evitar identificação das propostas, as licitantes deverão inserir no campo “detalhe” o texto integral da especificação do item a ser ofertado, assim como nos campos “marca e modelo” observar a devida marca/modelo de acordo com cada item/lote, conforme seja aplicável, no caso de o nome da marca coincidir com o nome do licitante, deve-se indicar a descrição “**Marca Própria**”.
- 5.4. O Termo de Referência é parte integrante do edital, devendo serem obedecidas todas as suas determinações.
- 5.5. Antes da abertura da sessão (consultar horário limite no sistema), os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do país, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.6.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional.
- 5.6.2. Descrição detalhada do serviço cotado indicando, no que for aplicável, a marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do item no órgão competente, no que couber.
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.
- 5.9. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações constantes no Sistema de Pregão Eletrônico, a falsidade de declarações de que trata este edital e as que constam no sistema que se realiza o pregão, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste edital:
- 5.9.1. Declaração de que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.
- 6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas pormenorizadas exigidas no termo de referência e edital.
- 6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.3.1. Contiver vícios insanáveis.
- 6.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 6.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou ofertarem propostas acima do preço referencial estimado para a contratação.
- 6.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 6.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.4. No caso de bens e serviços comuns, é indício de inexequibilidade ofertas com **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.
- 6.4.1. A inexequibilidade das ofertas, na hipótese de que trata o **item 6.4**, ao final da fase de lances, caso a empresa arrematante tenha registrado lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço estimado pela administração, o Pregoeiro poderá solicitar apresentação de planilha de COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, nos termos do §2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.4.1.1. Para a comprovação dos preços ofertados e demais encargos (transporte, taxas, imposto etc.) poderá ser solicitada a apresentação de Notas Fiscais e documentos equivalentes.
- 6.4.1.2. Nos casos em que a referida composição de preços seja requerida pelo Pregoeiro, a empresa arrematante do lote deverá apresentar a planilha e notas fiscais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.
- 6.4.1.3. Nos casos de eventuais ofertas demasiadamente acentuadas de lances em que venham prejudicar a competição, sucedidas de atos que contextualizem o desinteresse da efetiva competição no certame para futura contratação do objeto licitado, tal como a ausência de envio dos documentos de habilitação dispostos no edital e não atendimento ao item 6.4.1, será objeto de análise pormenorizada, podendo ser instaurado processo sancionador, de acordo com os indícios apurados.**
- 6.4.2. O preço ofertado só será considerado imediatamente inexequível, se admitido pelo próprio licitante ou em casos em que os preços se apresentarem impraticáveis para o produto/serviço a ser contratado.
- 6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.7. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.



- 6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 6.10.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).
- 6.10.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.11. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. Se o pregoeiro entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro através de mensagens registradas no chat no sistema em que ocorre a sessão pública em <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, sendo divulgadas data e hora para a sua reabertura.
- 6.17. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.19. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de 1% (um por cento), entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.20. Os lances que não atenderem ao intervalo mínimo estabelecido serão automaticamente desconsiderados pelo sistema.



6.21. O intervalo mínimo aplica-se tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.22. Será adotado no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e/ou negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. O pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado em prazo não inferior a 2 (duas) horas, por meio de campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação.

7.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do pregoeiro, desde que solicitado, antes de findo o prazo estabelecido.

7.2.2. A proposta vencedora deve conter:

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e/ou Municipal, conforme o caso.

b) O preço unitário e total para o produto cotado, especificados no Termo de Referência (anexo I deste edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, mediante apresentação dos custos unitários da referida proposta de preços, conforme exigido no edital.

c) A descrição dos produtos cotados de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência.

d) Prazo de validade da proposta não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da licitação.

e) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

7.3. O não envio da proposta readequada, quando solicitada, com todos os requisitos elencados no subitem 7.2.2, bem como o descumprimento das diligências determinadas pelo pregoeiro acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

7.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

7.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6. Nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos no edital no sistema eletrônico.

7.7. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.



7.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina estabelecida no item 8.15 deste edital, se for o caso.

7.9. O pregoeiro em caso de diligência, poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo prazo razoável para tanto, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.

7.10. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, os quais devem constar na proposta anexada em conjunto com a habilitação.

7.10.1. O prazo estabelecido pelo pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo pregoeiro.

7.11. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

7.11.1. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

7.13. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

7.14. Todos os licitantes que tiverem suas ofertas regularmente aceitas e consideradas habilitadas deverão encaminhar proposta readequadas no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados da solicitação do pregoeiro, por meio de campo próprio do sistema.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Considera-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (ou norma estadual ou municipal que discipline o tratamento diferenciado para MEs/EPPs), mediante a adoção dos seguintes procedimentos:



8.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item 8.1, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo estabelecido no sistema após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.1.2. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame.

8.1.3. Não apresentada proposta na condição acima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo definido no sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (ou artigos de norma estadual ou municipal que discipline o tratamento diferenciado para MEs/ EPPs).

8.1.6. Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame com a licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

8.1.7. O disposto nos subitens 8.1 a 8.1.5, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.2. O sistema convocará as licitantes nas condições estabelecidas na lei, no Decreto Municipal nº 005/2024 e as regras previstas no edital para que efetue o lance de desempate, conforme ordem de preferência.

8.3. Não ocorrendo o desempate dentro dos parâmetros estabelecidos nos itens 8.1 a 8.2, subsidiariamente serão aplicados os critérios dispostos no art. 60, I a IV e §1º, I a IV da lei 14.133/2021.

8.4. Em casos de serem esgotadas hipóteses mencionadas nos itens e subitens anteriores, momento que se realizará sorteio de acordo com os parâmetros adotados pelo sistema eletrônico em que se realiza as licitações eletrônicas.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos de habilitação das licitantes devem estar vinculados ao CNPJ da matriz, no caso de participação da matriz, em caso de participação de filiais, os documentos de habilitação deverão estar vinculados à respectiva filial, salvo os documentos que a lei permita a emissão em nome tão somente da matriz.

9.1.1. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em original, por cópia, sendo que a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.



9.1.2. No caso de cópia autenticada por agente da Administração, esta deve conter os dados de matrícula, Departamento e nome completo do agente público responsável pela autenticação do respectivo documento.

9.1.3. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade da respectiva assinatura, salvo imposição legal.

9.2. Para dar efetivo cumprimento das regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da Resolução TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir que os documentos deverão ser apresentados em arquivo no formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas, fica ADVERTIDA a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 1º da Resolução TCM nº 1383/2019 que altera o art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005, poderá ser declarada inabilitada para continuar no processo licitatório, caso não regularize a documentação, pois prejudicará a gestão municipal no atendimento das regras de envio da prestação de contas junto ao TCM/BA.**

9.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.3.1. Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado acompanhado de documentos dos sócios, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

9.3.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

9.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3.5. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, quando a proponente se tratar de MEI.

9.3.6. Será considerada inabilitada a empresa que apresentar objeto social incompatível com o objeto desta licitação.

9.4. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.4.1. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, compreendendo os documentos a seguir.

9.4.2. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).



9.4.3. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.4.4. Regularidade perante as Fazendas, federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.5. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.4.6. Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a CNDT vigente.

9.4.7. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.4.8. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.4.9. Quando uma microempresa ou empresa de pequeno porte for declarada vencedora e haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for detentor da melhor proposta no certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.10. A não regularização da documentação no prazo acima previsto implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.5. DA QUALIFICAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

9.5.1. A capacidade operacional da licitante será comprovada mediante apresentação de Certidão e/ou Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove ter o licitante executado, ou esteja executando, objeto similar ao presente objeto licitado, desde que atenda e seja compatível com os itens do termo de referência deste instrumento convocatório.

9.5.1.1. O atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

-Nome, CNPJ e endereço completo do emitente.

-Descrição e quantidade do produto/material ou serviço fornecido.

-Nome da empresa que forneceu o bem ou prestou o(s) serviço(s).

-Data de emissão.

-Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

9.5.2. O(s) atestado(s) emitidos por pessoas jurídicas de direito privado deverá(ão) ser apresentado(s) com o reconhecimento da firma do(s) emitente(s).

9.5.2.1. O Proponente deverá disponibilizar, caso seja solicitado pelo Pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados,



apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais na forma da legislação vigente aplicável, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.6.1.1. As empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência em questão mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.

9.6.1.2. A boa situação da financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1,0 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos do respectivo Balanço Patrimonial apresentado, não sendo admitida a apresentação de fórmulas diversas das abaixo indicadas:

LG - Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo = ou

= Passivo Circulante + Passivo Não Circulante >1,0

SG - Ativo Total = ou

= Passivo Circulante + Passivo Não Circulante >1,0

LC - Ativo Circulante = ou

= Passivo Circulante >1,0

9.6.1.3. Os índices de que trata o item 9.6.1.2 serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, através da Declaração de Habilitação do Profissional – DHP, por meio de Declaração do profissional contábil atestando que os dados referentes à apresentação dos cálculos correspondentes aos índices acima especificados, foram extraídos do balanço do último exercício social já exigível na forma da lei.

9.6.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor judicial da Sede do licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da Licitação, devendo ser observada a sua vigência.

9.7. DEMAIS ELEMENTOS DE HABILITAÇÃO E CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

9.7.1. Licença (Alvará) de Funcionamento relativo ao domicílio ou sede do licitante em plena vigência (2026).

9.7.2. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



9.7.3. Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente.

9.7.4. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão.

9.7.5. Certidão Conjunta do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>), com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data marcada para realização do certame.

10. DA IMPUGNAÇÃO, DOS RECURSOS, DA RECONSIDERAÇÃO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório deste pregão, devendo ser realizado, exclusivamente, no portal do sistema do pregão eletrônico **www.portaldecompraspublicas.com.br** verificado o horário limite para impugnação, cujo sistema disponibiliza.

10.2. A impugnação será processada e julgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, onde a resposta também será disponibilizada através do sistema e sítio oficial do município.

10.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, acaso o acolhimento da impugnação resultar na reformulação das propostas.

10.4. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, sendo que a impugnação não possui efeito suspensivo.

10.5. Não serão conhecidas as impugnações e/os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, ou também que sejam realizados fora dos meios descritos no subitem 10.1.

10.6. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.6.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.7. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.7.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.7.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.7.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



10.7.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.8. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.9. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.14. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico portaldecompraspublicas.com.br.

10.15. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante adjudicado terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.1.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e encaminhada através do endereço eletrônico licitacao@ribeiradopombal.ba.gov.br.

11.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



11.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.6. O Registro de preços terá validade de 1(um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que os preços se mantenham vantajosos, nas condições previstas neste edital, gerando efeitos para fins de execução contratual.

11.7. Durante o prazo de validade da ata de registro de preços o Município de Ribeira do Pombal não ficará obrigado a contratar o objeto deste pregão, caso os preços registrados apresentem desconformidade com o mercado atual, nesse caso, poderá realizar licitações ou proceder a outras formas de contratação observadas às cautelas legais, assegurada, no entanto, ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

11.8. A existência dos preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações (art. 83 da Lei nº 14.133/2021).

12. DO USUÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A ata de registro de preços poderá ser aderida por outros Órgãos e Entidades na condição de não participante nos termos a seguir:

12.1.2. Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal e distrital, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação; desde que se realize comunicação de tal decisão, previamente, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, observadas as regulamentações dos referidos entes e, ainda, anexar ao processo de Adesão.

12.2. O procedimento de adesão deverá ser observado o disposto nos arts. 29 e 30 do Decreto Municipal nº 033/2023 com alterações posteriores.

12.3. Sem prejuízo do disposto nesse edital, as regras de adesão obedecerão ao previsto nos §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do art. 86 da lei nº 14.133/2021.

13. DAS HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado.

13.2. Não retirada da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

13.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e não restar comprovada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, nos termos do Decreto municipal nº 033/2023.



13.4. Não aceitar manter o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado e não restar comprovada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

13.5. Sofrer sanção prevista no art. 156 da lei nº 14133/2021.

13.6. Tiver presentes razões do interesse público.

13.7. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deve ser formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

13.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão Gerenciador, em determinada ata de registro de preços, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações.

13.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes na ordem de classificação.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art. 140, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei 14.133/2021, com alterações posteriores e nas disposições previstas no termo de referência do edital

15. DO PAGAMENTO

15.1. O prazo para pagamento das notas fiscais apresentadas será de até 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da nota fiscal no setor competente, devidamente atestada e acompanhada da seguinte documentação hábil à quitação: Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e/ou, Municipal, CRF/FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

15.2. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no item 15.1 com a validade expirada, o pagamento poderá ser realizado, sendo-lhe ofertado o prazo de 5(cinco) dias úteis para regularização da mencionada documentação, sob pena de extinção contratual unilateral do respectivo contrato.

16. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

16.1. É vedado qualquer reajuste de preços pelo período de 12 meses, exceto por força de legislação ulterior que o permita, porém, poderá haver revisão, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro.

16.2. A revisão de valores, para majorar ou diminuir, poderá ocorrer de ofício ou a pedido da fornecedora registrada/contratada, nas seguintes condições:

16.2.1. Para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata/contrato, desde que demonstrado, por parte da licitante contratada, alteração substancial nos preços praticados no mercado, nos termos do art. 124, II “d”, da Lei nº 14.133/2021.



16.2.2. Para diminuir, quando a Administração verificar que o preço contratado se encontra substancialmente superior ao praticado no mercado.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1. Não enviar a proposta readequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

17.1.5. Fraudar a licitação;

17.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa;

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.



- 17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ARP, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato ou ARP.
- 17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 17.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, para avaliar fatos e circunstâncias conhecidos e intimar o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



17.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DOS BOLETINS DE ESCLARECIMENTOS E COMUNICADOS

18.1. BOLETINS DE ESCLARECIMENTOS – Para todas as dúvidas e informações solicitadas pelas licitantes, o pregoeiro emitirá um BOLETIM DE ESCLARECIMENTO que será publicado no Diário Oficial do Município - <https://sai.io.org.br/ba/ribeiradopombal/site/diariooficial> e disponibilizada no sistema eletrônico, o qual tem campo próprio para esta finalidade.

18.2. É obrigação única e exclusiva das licitantes o acompanhamento dos COMUNICADOS e BOLETINS DE ESCLARECIMENTOS publicados no Diário Oficial do Município, assim como no sistema eletrônico do portal de compras públicas em www.portaldecompraspublicas.com.br.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será disponibilizada ata da sessão pública no sistema eletrônico em que se realiza a licitação.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração

19.8. O Município de Ribeira do Pombal reserva-se o direito de anular a presente licitação, por ilegalidade, ou revogá-la, por razões de interesse público.

20. Fazem parte integrante deste edital os anexos, como se nele estivessem transcritos:

20.1. ANEXO I – Termo de referência.

20.2. ANEXO II – Minuta da ata de registro de preços.

20.3. ANEXO III – Minuta do contrato.



21. DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeira do Pombal, para dirimir questões oriundas desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ribeira do Pombal/BA, 14 de maio de 2026.

José Clécio Fernando Nascimento da Silva
Secretário de Administração e Finanças



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada no fornecimento e implantação de solução pedagógica integrada para o ensino de Matemática, composta por Kits Móveis Didáticos e plataforma digital, incluindo suporte aos profissionais, destinada ao desenvolvimento das competências e habilidades lógico-matemáticas dos alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, observadas as especificações e condições constantes no presente termo de referência.

1.1.1. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
LOTE ÚNICO	KIT MÓVEL DIDÁTICO DE MATEMÁTICA, COMPOSTO POR JOGOS EDUCATIVOS, MATERIAIS DIDÁTICOS, ESTRUTURA DE ARMAZENAMENTO E ACESSO A PLATAFORMA DIGITAL, DESTINADO AO APOIO AO ENSINO DE MATEMÁTICA EM TURMAS DO 5º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.	26	KIT	211.233,33	5.492.066,58

VALOR TOTAL ESTIMADO= R\$ 5.492.066,58

ESPECIFICAÇÕES

DESCRIPTIVO DO KIT	QUANT.
As 4 Operações - Jogo composto por 40 peças coloridas, de um lado na cor azul e do outro na cor vermelha, com símbolos matemáticos impressos. Objetivo: estimular o raciocínio lógico-matemático, a consolidação do conhecimento das operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação e divisão) e o desenvolvimento da colaboração entre os estudantes.	06 UN
Frações Circulares - Jogo composto por conjunto de discos circulares segmentados em diferentes cores e quantidades, e peças menores com numerais impressos. Objetivo: visualização e compreensão concreta do conceito de frações, identificação de partes do todo, comparação de grandezas fracionárias e assimilação de conceitos matemáticos.	06 UN
Figuras Geométricas - Jogo composto por base plana com pinos dispostos em formato quadrado e elásticos para conexão. Objetivo: possibilitar a construção de figuras geométricas, estimular a percepção espacial, desenvolver o raciocínio lógico-dedutivo e favorecer a compreensão de conceitos de perímetro e área.	06 UN
Material dourado e o sistema de numeração - Jogo composto por cubo grande representando 1.000 unidades, placas representando 100 unidades, barras (fileiras) representando 10 unidades e cubinhos representando 1 unidade. Objetivo: possibilitar a compreensão do sistema de numeração decimal, estimular a percepção espacial, desenvolver o raciocínio lógico-dedutivo e favorecer a	06 UN



compreensão de conceitos de valor posicional e operações matemáticas.	
Caça às figuras geométricas - Jogo composto por tabuleiro principal, 13 cartas com perguntas sobre geometria e 13 cartas com imagens de figuras geométricas (totalizando 26 cartas). Objetivo: associar e identificar figuras planas, estimular a percepção visual e o raciocínio lógico, e favorecer a alfabetização matemática.	06 UN
Trilha dos números mágicos - Jogo composto por tabuleiro principal em formato de trilha, 14 cartas com perguntas, 1 dado e 5 pinos coloridos. Objetivo: estimular a aprendizagem da matemática básica (como contagem, identificação de números e operações), incentivar a interação social e o engajamento por meio de atividade competitiva e visual.	06 UN
Planificação dos sólidos - Jogo composto por 6 planificações de sólidos que podem ser montadas e desmontadas. Objetivo: possibilitar o conhecimento e a visualização dos sólidos geométricos tridimensionais a partir de suas representações planas (bidimensionais).	06 UN
Dominó das horas composto por 28 peças em MDF contendo em uma extremidade um relógio analógico e na outra extremidade a hora escrita em formato digital. Objetivo: estimular a percepção visual, o raciocínio lógico e a memória, e favorecer a compreensão da correspondência entre as diferentes representações de um mesmo horário.	06 UN
Balança numérica - Jogo composto por 1 balança e números com pesos diferenciados. Objetivo: estimular a aprendizagem da matemática básica como a contagem, adição e subtração, desenvolver a percepção visual e o raciocínio lógico sobre peso e equilíbrio, favorecendo a compreensão da equivalência entre diferentes valores numéricos.	06 UN
Dominó das frações composto por 28 peças em MDF, com representações numéricas e visuais/desenhos. objetivo: estimular o conhecimento e a visualização do conceito de fração, a ordenação de frações, e favorecer a compreensão da equivalência entre as diferentes representações fracionárias	06 UN
Representação dos números naturais e decimais - Jogo composto por 1 ábaco de 5 pinos em madeira com conjunto de argolas. Objetivo: estimular a compreensão do sistema de numeração decimal e do valor posicional dos algarismos, desenvolver a percepção visual e o raciocínio lógico sobre a composição e decomposição de números	06 UN
O Segredo dos sólidos geométricos - Jogo composto por tabuleiro principal com roleta central e trilha colorida e 11 sólidos geométricos em plástico. Objetivo: estimular o reconhecimento visual e a manipulação física de objetos tridimensionais, desenvolver o raciocínio lógico sobre as propriedades dos sólidos (faces, arestas, vértices), e favorecer a compreensão dos conceitos de geometria espacial	06 UN
Jogo dos ângulos - Composto por 1 geoplano redondo com pinos (incluindo um central) e 15 ligas elásticas. Objetivo: estimular a construção e a visualização de figuras planas, ângulos centrais e inscritos, arcos e propriedades do círculo e favorecer a compreensão da relação entre ângulos e arcos	06 UN
Trilha dos racionais - Jogo composto por 1 tabuleiro, 2 dados e 5 pinos coloridos para movimentação. Objetivo: Estimular o cálculo mental e a compreensão das operações com números racionais (frações, decimais, porcentagens), favorecer o raciocínio lógico, a atenção e a capacidade de resolver problemas matemáticos	06 UN
Geometria dos blocos lógicos - Jogo composto por 48 peças geométricas com variação de forma (quadrado, triângulo, retângulo e círculo), cor (azul, amarelo e vermelho), tamanho e espessura. Objetivo: Estimular o raciocínio lógico-matemático através da classificação, ordenação e seriação por atributos, favorecendo a identificação de figuras planas, a compreensão de propriedades espaciais e a capacidade de resolução de problemas	06 UN



Game dos múltiplos divisores - Composto por 1 tabuleiro, 40 pinos (20 verdes e 20 vermelhos) e 1 dado. Objetivo: Estimular a compreensão dos conceitos de múltiplos e divisores de números naturais, favorecer o domínio da tabuada e das regras de divisibilidade, além de desenvolver o raciocínio estratégico e o cálculo mental através da marcação tática de números no tabuleiro.	06 UN
Batalha naval - Jogo composto por 1 tabuleiro, 1 dado e 13 embarcações representadas por objetos coloridos nas cores amarela, vermelha, roxa e laranja. Objetivo: Introduzir e consolidar conceitos de localização no plano cartesiano por meio de pares ordenados (eixos X e Y). Favorecer a compreensão de coordenadas e a visualização de figuras geométricas no espaço, estimulando o raciocínio estratégico e o cálculo mental.	06 UN
O caminho das possibilidades - Jogo composto por 20 quadrados azuis, 20 quadrados vermelhos, 1 saco opaco e 1 dado. Objetivo: Explorar conceitos fundamentais de probabilidade, como espaço amostral e a distinção entre eventos certos, impossíveis e prováveis. Favorecer a compreensão da análise combinatória e o desenvolvimento de habilidades para prever resultados, coletar dados e calcular chances de ocorrência por meio de experimentos práticos e lúdicos	06 UN
Os números inteiros - Jogo composto por 40 peças quadradas bicolores (azul de um lado e vermelho do outro). Objetivo: Facilitar a compreensão e a visualização das operações com números inteiros (soma e subtração) e o conceito de números opostos ou simétricos, favorecer a construção do conceito de "zero" através do par nulo, auxiliando na superação de dificuldades com a regra de sinais e no desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático abstrato.	06 UN
Bingo do MMC e MDC - Composto por 30 cartelas de bingo para alunos e 12 cartelas de sorteio com operações. Objetivo: Estimular a agilidade no cálculo mental e a aplicação prática das regras de Mínimo Múltiplo Comum (MMC) e Máximo Divisor Comum (MDC), favorecer a fixação de conceitos de fatoração e números primos, desenvolvendo a atenção e o raciocínio lógico-matemático de forma lúdica e coletiva	06 UN
Planificação dos sólidos - Jogo composto por 6 sólidos geométricos planificados (cubo, prisma, pirâmide, cilindro, cone e poliedro básico). Objetivo: Estimular a visualização espacial e a compreensão da relação entre figuras planas e objetos tridimensionais, favorecer a identificação de elementos como faces, vértices e arestas, facilitando o cálculo de áreas de superfícies e a exploração de propriedades das formas espaciais de maneira tátil e visual	06 UN
Trilha da proporcionalidade - Jogo composto por 1 tabuleiro, 20 cartelas de perguntas e 1 dado. Objetivo: Estimular a compreensão e a aplicação de conceitos de razão, proporção e regra de três simples; favorecer o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e da habilidade de resolver problemas de grandezas diretamente ou inversamente proporcionais, promovendo a cooperação e a agilidade mental através de ambiente lúdico	06 UN
Transformações geométricas - Jogo composto por 1 geoplano quadrado e 15 ligas elásticas. Objetivo: estimular a compreensão de conceitos como simetria (reflexão), translação e rotação de figuras planas, favorecer a visualização de polígonos, o estudo de perímetros e áreas, e o desenvolvimento da percepção espacial e do raciocínio geométrico por meio da construção e manipulação de formas na malha quadriculada	06 UN
Dominó das equações - Jogo composto por 28 peças em MDF. Objetivo: estimular o domínio na resolução de equações do 1º grau e o desenvolvimento do cálculo mental, favorecer a compreensão de igualdades matemáticas, a fixação de conceitos algébricos e o raciocínio lógico, promovendo a socialização e o aprendizado colaborativo por meio da associação entre sentenças matemáticas e suas respectivas soluções.	06 UN



Matemática financeira: acréscimos e decréscimos - Jogo composto por conjunto de cédulas e moedas fictícias. Objetivo: estimular a compreensão de conceitos financeiros básicos, como porcentagem, descontos, juros e variações de valor, favorecer o desenvolvimento da autonomia no consumo, o raciocínio lógico aplicado à economia doméstica e a habilidade de realizar cálculos mentais rápidos em situações de compra e venda, aproximando o conteúdo escolar da realidade cotidiana	06 UN
Estudo do círculo e da circunferência - Jogo composto por 1 círculo de 20 cm, 1 régua e 1 fita métrica. Objetivo: Explorar os elementos do círculo e da circunferência, como raio, diâmetro e corda, e facilitar a compreensão da origem do número π (pi), favorecer o desenvolvimento de habilidades de medição e a aplicação de fórmulas para o cálculo de perímetro e área, promovendo a transição do experimento prático para a abstração matemática	06 UN
Volume de blocos - Jogo composto por 30 cubos de madeira. Objetivo: Introduzir e consolidar o conceito de volume e a unidade de medida cúbica (cm^3 ou m^3); favorecer o desenvolvimento da visualização espacial, a compreensão da relação entre área e volume, e a habilidade de calcular o volume de blocos retangulares e outros sólidos de maneira concreta e lúdica.	06 UN
Transformações geométricas - Jogo composto por 1 geoplano quadrado e 15 ligas elásticas. Objetivo: explorar e consolidar os conceitos de transformações geométricas no plano (como translação, rotação, reflexão e ampliação/redução) por meio da construção e da modificação de figuras geométricas no geoplano; favorecer o desenvolvimento do raciocínio espacial, da visualização geométrica, da percepção de congruência e semelhança, bem como a compreensão das propriedades das figuras planas, de forma investigativa.	06 UN
Jogo das cores na torre de Hanói - composto por 1 Torre de Hanói com 1 pino central e 7 discos coloridos de diferentes tamanhos. Objetivo: desenvolver o raciocínio lógico e o pensamento estratégico por meio da resolução de um problema sequencial, que exige planejamento, antecipação de movimentos e tomada de decisões; favorecer a compreensão de relações de ordem e tamanho, a noção de algoritmo, a identificação de padrões e regularidades, além de estimular habilidades cognitivas como concentração, memória de trabalho e perseverança.	06 UN
Jogo dos juros simples - composto por conjunto de cédulas e moedas fictícias. Objetivo: Introduzir e consolidar o conceito de juros simples por meio de situações-problema que simulam operações financeiras do cotidiano, como empréstimos, compras a prazo e aplicações básicas; favorecer a compreensão das relações entre capital, taxa de juros, tempo e montante, bem como o desenvolvimento do cálculo matemático, do raciocínio lógico e da educação financeira, a partir de uma abordagem prática, contextualizada e significativa.	06 UN
Dominó das Dízimas – composto por 28 peças de dominó em MDF. Objetivo: Introduzir e consolidar o conceito de dízimas periódicas, promovendo a identificação, a leitura e a equivalência entre representações decimais e fracionárias; favorecer o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, da atenção e da capacidade de estabelecer relações, além de apoiar a compreensão dos números racionais e de seus diferentes registros.	06 UN
Desafio das probabilidades por meio da frequência de ocorrência – Jogo composto por 1 tabuleiro, 1 caneta marcadora e 1 dado. Objetivo: introduzir e consolidar o conceito de probabilidade a partir da experimentação e do registro da frequência de eventos em lançamentos sucessivos; favorecer a compreensão da relação entre probabilidade teórica e experimental, o desenvolvimento da análise de dados e o raciocínio estatístico.	06 UN
Desafio das Expressões Algébricas – Jogo composto por peças em madeira	06 UN



de formatos distintos. Objetivo: facilitar a compreensão e a simplificação de expressões algébricas e operações com polinômios; favorecer a transição do pensamento aritmético para o algébrico, auxiliando na visualização de termos semelhantes, na resolução de equações e no desenvolvimento do raciocínio lógico por meio da manipulação concreta de variáveis e constantes.	
A reta no plano – Jogo composto por 1 tabuleiro e 10 ligas elásticas. Objetivo: Estimular a compreensão da representação de funções no plano cartesiano e a identificação de pares ordenados (eixos X e Y); favorecer a visualização de inclinação, coeficientes e a interseção de retas, desenvolvendo a percepção espacial e o raciocínio algébrico por meio da construção e manipulação de trajetórias e segmentos na malha quadriculada.	06 UN
Desafio da equação do segundo grau – Jogo composto por peças em madeira de formatos distintos. Objetivo: estimular a compreensão da estrutura das equações quadráticas e o método de completar quadrados através da manipulação geométrica; favorecer a visualização da fatoração de polinômios, a resolução de equações de 2º grau e a transição do pensamento concreto para o algébrico, desenvolvendo o raciocínio lógico e a interpretação de áreas como representações de termos algébricos.	06 UN
Desafio dos Ângulos – Jogo composto por 1 geoplano redondo com pinos e 15 ligas elásticas. Objetivo: estimular a construção e a visualização de figuras planas, ângulos centrais e inscritos, arcos e propriedades do círculo; favorecer a compreensão da relação entre ângulos, a divisão da circunferência em graus e o desenvolvimento do raciocínio geométrico por meio da experimentação prática	06 UN
Vistas Ortogonais – Jogo composto por 30 cubos de madeira. Objetivo: Estimular a visualização espacial e a capacidade de representar objetos tridimensionais em planos bidimensionais (vistas frontal, superior e lateral). Favorecer a compreensão de projeções ortogonais, o reconhecimento de figuras espaciais e o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático por meio da construção de estruturas e do mapeamento de suas diferentes perspectivas de observação.	06 UN
Desafio das relações métricas no triângulo retângulo – Jogo composto por 3 triângulos de tamanhos distintos e proporcionais. Objetivo: Estimular a compreensão da semelhança de triângulos e a dedução prática das relações métricas (incluindo o Teorema de Pitágoras). Favorecer a identificação de catetos, hipotenusa, altura e projeções, desenvolvendo o raciocínio lógico-geométrico e a capacidade de abstração por meio da manipulação e sobreposição das peças.	06 UN
Desafio do volume III – Jogo composto por 1 tabuleiro e 1 conjunto com sólidos geométricos (cubos, cilindros e prismas). Objetivo: estimular a compreensão e o cálculo do volume de diferentes sólidos geométricos; favorecer o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, a agilidade no cálculo mental e a capacidade de resolver problemas complexos por meio da manipulação de peças e da associação de valores numéricos aos sólidos representados.	06 UN
Reta dos números reais – Jogo composto por 40 peças com números e 1 régua. Objetivo: Consolidar a compreensão do conjunto dos números reais e sua representação gráfica; favorecer a localização e ordenação de números racionais e irracionais, o entendimento de distância e valor absoluto, e o desenvolvimento da percepção de densidade numérica e habilidades de medição e comparação de valores	06 UN
Jogo da roleta matemática – Jogo composto por 28 peças de dominó com expressões numéricas (radicais, π , dízimas não periódicas etc.). Objetivo: estimular a compreensão e a identificação dos números irracionais e suas representações; favorecer o desenvolvimento do cálculo mental, a capacidade de associar expressões matemáticas equivalentes e o raciocínio lógico-matemático	06 UN



sobre conjuntos numéricos.	
Fatorando equação do 2º grau – Jogo composto por 1 tabuleiro e peças em formatos quadrado e retangular. Objetivo: estimular a compreensão dos processos de fatoração de expressões algébricas e a resolução de equações polinomiais do 2º grau por métodos visuais; favorecer a transição do pensamento geométrico para o algébrico, desenvolvendo o raciocínio lógico, a visualização de produtos notáveis e a identificação das raízes da equação por meio da manipulação de áreas e dimensões.	06 UN
Desafio dos arcos – Jogo composto por 1 geoplano redondo com pinos e ligas elásticas. Objetivo: explorar e consolidar os elementos do círculo e da circunferência, como raio, diâmetro, corda e arco, com ênfase na relação entre ângulos centrais e ângulos inscritos; favorecer a visualização geométrica, a percepção espacial e a compreensão relacional das propriedades do círculo por meio da manipulação e da experimentação.	06 UN
Teorema de Pitágoras – Jogo composto por 1 base de tabuleiro com roleta integrada, 2 dados, pinos e 50 peças quadradas coloridas (9 azuis, 16 roxas e 25 laranjas). Objetivo: demonstrar visualmente a relação métrica fundamental onde a soma das áreas dos quadrados construídos sobre os catetos é igual à área do quadrado construído sobre a hipotenusa; utilizar a dinâmica de jogo (roleta e dados) para propor desafios de cálculo ou encaixe das áreas, facilitando a compreensão do terno pitagórico (3, 4, 5) e promovendo a transição do raciocínio concreto para a abstração geométrica por meio da manipulação direta das áreas.	06 UN
Desafio das Probabilidades – Jogo composto por 40 peças quadradas (20 azuis e 20 vermelhas), 1 saco opaco e 1 dado. Objetivo: explorar e consolidar os conceitos de probabilidade (evento certo, possível e impossível) e de frequência relativa; desenvolver o vocabulário matemático relacionado à probabilidade, como "chance", "sorteio" e "aleatório"; estimular a formulação de previsões e a análise do espaço amostral dos eventos; promover o raciocínio lógico e a capacidade de interpretar dados estatísticos simples, facilitando a compreensão de que a matemática oferece ferramentas para quantificar e prever chances de eventos ocorrerem por meio da manipulação e da experimentação.	06 UN
Livros paradidáticos , impressos em cores e encadernados em brochura, em títulos variados, que abordem a Matemática de forma interdisciplinar, articulando temas como Natureza, Meio Ambiente e Cidadania. As obras deverão conter textos lúdicos e transversais, desenvolvidos de maneira contextualizada, de modo a favorecer a compreensão da presença e da aplicação da Matemática em situações reais do cotidiano dos estudantes do 5º ao 9º ano.	120 UN
Livro do Professor – 5º ano , impresso em cores e encadernado em brochura, contendo 9 (nove) rotinas pedagógicas, cada uma vinculada a um jogo integrante do Kit Pedagógico. As rotinas deverão contemplar atividades lúdicas estruturadas, desenvolvidas com intencionalidade pedagógica clara e orientadas ao desenvolvimento das aprendizagens matemáticas previstas para o referido ano escolar, por meio de metodologias ativas que incluam dinâmicas de grupo voltadas à aprendizagem colaborativa, à resolução de problemas e ao protagonismo do estudante. Cada rotina deverá explicitar a unidade temática abordada, apresentar os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas, indicando os respectivos códigos de referência da BNCC e do SAEB, além de incluir sugestões de leituras de apoio, disponibilizadas nos paradidáticos do acervo literário que compõe o Kit.	01 UN
Livro do Professor – 6º ano , impresso em cores e encadernado em brochura, contendo 9 (nove) rotinas pedagógicas, cada uma vinculada a um jogo integrante do Kit Pedagógico. As rotinas deverão contemplar atividades lúdicas estruturadas, desenvolvidas com intencionalidade pedagógica clara e orientadas ao desenvolvimento das aprendizagens matemáticas previstas para o referido	01 UN



ano escolar, por meio de metodologias ativas que incluam dinâmicas de grupo voltadas à aprendizagem colaborativa, à resolução de problemas e ao protagonismo do estudante. Cada rotina deverá explicitar a unidade temática abordada, apresentar os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas, indicando os respectivos códigos de referência da BNCC e do SAEB, além de incluir sugestões de leituras de apoio, disponibilizadas nos paradidáticos do acervo literário que compõe o Kit.	
Livro do Professor – 7º ano , impresso em cores e encadernado em brochura, contendo 9 (nove) rotinas pedagógicas, cada uma vinculada a um jogo integrante do Kit Pedagógico. As rotinas deverão contemplar atividades lúdicas estruturadas, desenvolvidas com intencionalidade pedagógica clara e orientadas ao desenvolvimento das aprendizagens matemáticas previstas para o referido ano escolar, por meio de metodologias ativas que incluam dinâmicas de grupo voltadas à aprendizagem colaborativa, à resolução de problemas e ao protagonismo do estudante. Cada rotina deverá explicitar a unidade temática abordada, apresentar os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas, indicando os respectivos códigos de referência da BNCC e do SAEB, além de incluir sugestões de leituras de apoio, disponibilizadas nos paradidáticos do acervo literário que compõe o Kit.	01 UN
Livro do Professor – 8º ano , impresso em cores e encadernado em brochura, contendo 9 (nove) rotinas pedagógicas, cada uma vinculada a um jogo integrante do Kit Pedagógico. As rotinas deverão contemplar atividades lúdicas estruturadas, desenvolvidas com intencionalidade pedagógica clara e orientadas ao desenvolvimento das aprendizagens matemáticas previstas para o referido ano escolar, por meio de metodologias ativas que incluam dinâmicas de grupo voltadas à aprendizagem colaborativa, à resolução de problemas e ao protagonismo do estudante. Cada rotina deverá explicitar a unidade temática abordada, apresentar os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas, indicando os respectivos códigos de referência da BNCC e do SAEB, além de incluir sugestões de leituras de apoio, disponibilizadas nos paradidáticos do acervo literário que compõe o Kit.	01 UN
Livro do Professor – 9º ano , impresso em cores e encadernado em brochura, contendo 9 (nove) rotinas pedagógicas, cada uma vinculada a um jogo integrante do Kit Pedagógico. As rotinas deverão contemplar atividades lúdicas estruturadas, desenvolvidas com intencionalidade pedagógica clara e orientadas ao desenvolvimento das aprendizagens matemáticas previstas para o referido ano escolar, por meio de metodologias ativas que incluam dinâmicas de grupo voltadas à aprendizagem colaborativa, à resolução de problemas e ao protagonismo do estudante. Cada rotina deverá explicitar a unidade temática abordada, apresentar os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas, indicando os respectivos códigos de referência da BNCC e do SAEB, além de incluir sugestões de leituras de apoio, disponibilizadas nos paradidáticos do acervo literário que compõe o Kit.	01 UN
Caderno de Avaliação do Estudante – 5º ano , não consumível, impresso em cores, contendo as rotinas pedagógicas correspondentes ao ano escolar, conforme descritas no Livro do Professor, bem como propostas de atividades complementares e 5 (cinco) questões de avaliação por rotina, elaboradas com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), com o objetivo de mensurar a evolução da aprendizagem e subsidiar o planejamento pedagógico.	35 UN
Caderno de Avaliação do Estudante – 6º ano , não consumível, impresso em cores, contendo as rotinas pedagógicas correspondentes ao ano escolar, conforme descritas no Livro do Professor, bem como propostas de atividades complementares e 5 (cinco) questões de avaliação por rotina, elaboradas com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), com o objetivo de mensurar a	35 UN



evolução da aprendizagem e subsidiar o planejamento pedagógico.	
Caderno de Avaliação do Estudante – 7º ano , não consumível, impresso em cores, contendo as rotinas pedagógicas correspondentes ao ano escolar, conforme descritas no Livro do Professor, bem como propostas de atividades complementares e 5 (cinco) questões de avaliação por rotina, elaboradas com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), com o objetivo de mensurar a evolução da aprendizagem e subsidiar o planejamento pedagógico.	35 UN
Caderno de Avaliação do Estudante – 8º ano , não consumível, impresso em cores, contendo as rotinas pedagógicas correspondentes ao ano escolar, conforme descritas no Livro do Professor, bem como propostas de atividades complementares e 5 (cinco) questões de avaliação por rotina, elaboradas com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), com o objetivo de mensurar a evolução da aprendizagem e subsidiar o planejamento pedagógico.	35 UN
Caderno de Avaliação do Estudante – 9º ano , não consumível, impresso em cores, contendo as rotinas pedagógicas correspondentes ao ano escolar, conforme descritas no Livro do Professor, bem como propostas de atividades complementares e 5 (cinco) questões de avaliação por rotina, elaboradas com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), com o objetivo de mensurar a evolução da aprendizagem e subsidiar o planejamento pedagógico.	35 UN
Estrutura móvel de armazenamento , planejada para armazenar e transportar todos os componentes, permitindo mobilidade para diferentes espaços escolares cobertos.	02 UN
Login de acesso a ambiente digital para professores com conteúdo das rotinas pedagógicas, orientação sobre uso dos jogos e itens de avaliação por habilidade, integrado ao material físico.	01 UN

1.2. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, cujas especificações são usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/21.

1.3. O objeto deste registro de preço não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 032, de 12 de julho de 2023.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado, por igual período, com renovação de quantidades, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme estabelecido no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O prazo de vigência do contrato oriundo da ata é 12 (doze), contados da data de assinatura, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aprendizagem da Matemática na educação básica representa um desafio significativo no Brasil. Dados do SAEB 2023¹ divulgados pelo INEP² e organizados pelo QEDu³, indicam que 96% dos estudantes que concluíram a escolaridade básica não dominam conteúdos essenciais, como operações com números naturais e racionais, resolução de problemas e interpretação de gráficos e tabelas. Documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE), destacam que a Matemática é fundamental para o desenvolvimento do pensamento lógico, da capacidade de argumentação e da leitura crítica da realidade. Quando os estudantes não se apropriam desses conhecimentos, surgem dificuldades em outras



áreas, suas trajetórias escolares são comprometidas e as desigualdades sociais se ampliam.

Ribeira do Pombal – Panorama dos resultados em Matemática

No âmbito da Rede Municipal de Ensino, o cenário local dialoga com a realidade nacional. Os indicadores apontam 41% de aprendizado adequado no 5º ano e apenas 18% no 9º ano, evidenciando queda significativa de desempenho ao longo dos anos finais. Em 2023, 28% dos estudantes avaliados no 5º ano apresentaram aprendizagem insuficiente e 31% encontravam-se no nível básico; ou seja, 59% dos alunos dos anos iniciais não alcançaram o nível desejado de competências e habilidades (proficiência) para garantir a progressão necessária nos estudos, conforme preconizado pela BNCC para esse estágio de escolarização. Nos anos finais, os indicadores revelam um cenário de maior vulnerabilidade: 24% dos estudantes do 9º ano situam-se no nível insuficiente e 56% no básico. O dado consolidado aponta que 80% do alunado não atingiu a proficiência adequada para a etapa, ou seja, 8 em cada 10 estudantes concluíram o Ensino Fundamental com déficits estruturais de aprendizagem em Matemática. Em 2025, a avaliação de Matemática do 9º ano realizada pelo CAEd (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação) voltou a indicar apenas 18% de aprendizado adequado, reforçando a persistência do problema e a urgência de repensar estratégias didáticas.

Desafios pedagógicos e necessidade de mudança de abordagem

Os resultados apresentados indicam que os esforços atuais não têm sido suficientes para garantir a compreensão profunda dos conceitos matemáticos; o componente curricular ainda é percebido pelos estudantes como abstrato, distante da realidade e intimidador. O ensino de Matemática precisa favorecer, portanto, a investigação, o diálogo, o uso de problemas significativos e a valorização dos conhecimentos prévios dos estudantes. A superação das dificuldades requer não apenas intervenções pontuais, mas a construção de uma cultura pedagógica que enxergue a Matemática como linguagem para compreender o mundo, e não apenas como conjunto de regras a serem decoradas.

Kit Móvel Didático de Matemática como intervenção concreta

A aquisição de Kits Móveis Didáticos para apoio ao ensino de Matemática constitui uma intervenção concreta para qualificar a aprendizagem na Rede Municipal. Trata-se de um recurso pedagógico móvel, organizado como espaço de aprendizagem ativa, em que os alunos experimentam, exploram e manipulam objetos, aproximando os conceitos matemáticos da realidade cotidiana. O kit Didático permite a realização de oficinas, circuitos e sequências didáticas apoiadas em jogos, desafios, situações-problema e materiais manipuláveis, favorecendo a construção de significados pelos estudantes. Ao deslocar o foco do quadro e do caderno para a ação prática, a proposta busca tornar a Matemática mais acessível, interessante e desafiadora, contribuindo para reduzir as distorções apontadas pelos indicadores de desempenho. Organizado como ambiente de aprendizagem ativa, o Kit Móvel Didático aproxima os



conceitos matemáticos da realidade cotidiana, tornando-os mais acessíveis. Ao promover a contextualização e a mediação concreta dos conteúdos, espera-se que o kit Móvel Didático:

- Contribua para o aumento do engajamento e da participação dos estudantes nas aulas de Matemática;
- Reduza a resistência ao componente curricular, transformando a percepção negativa em interesse e combatendo diretamente a evasão escolar;
- Estimule o fortalecimento de competências como empatia, resiliência e colaboração, fundamentais para a superação de desafios coletivos e individuais;
- Favoreça o aumento da curiosidade e o desenvolvimento de habilidades como argumentação, investigação e trabalho colaborativo, fortalecendo a autonomia intelectual;
- Amplie a motivação dos alunos ao demonstrar a utilidade da Matemática em situações práticas e na resolução de problemas do cotidiano;
- Fortaleça a retenção dos conhecimentos, ancorando a aprendizagem em experiências significativas e não apenas na memorização de procedimentos;
- Impulsione o desempenho nas avaliações padronizadas (SAEB) e gere ganhos reais nos indicadores educacionais.

A metodologia que sustenta as atividades do Kit Móvel Didático de Matemática organiza-se em um ciclo de quatro etapas: o contato inicial com um Texto Inspirador, a Investigação de Conhecimentos Prévios, a Aprendizagem entre Pares através do experimento concreto e, por fim, a Aplicação e Avaliação. Este método potencializa o desenvolvimento das habilidades previstas no Currículo da Rede Municipal, com contribuição significativa para a consolidação das proficiências cobradas na Matriz de Referência do SAEB, e está fundamentada em referenciais teóricos consagrados que valorizam a participação ativa do estudante e o uso de materiais concretos. Entre os quais destacam-se:

- Jean Piaget e Jerome Bruner: sobre a importância da interação direta do estudante com o objeto de conhecimento e da experiência concreta como base para a construção de noções abstratas; no caso da Matemática, isso significa permitir que o aluno manipule, experimente e descubra regularidades antes de formalizar regras e fórmulas.
- Howard Gardner: ao discutir as múltiplas inteligências, chama atenção para o fato de que nem todos aprendem da mesma forma; no Kit Didático destaca-se o uso da inteligência corporal-cinestésica e espacial, mobilizadas quando o estudante aprende por meio do movimento, da experimentação e da ação sobre o espaço e os objetos.
- Maria Montessori: quando inspira o uso intencional de materiais manipuláveis, planejados para favorecer a autonomia do estudante, a autocorreção e a compreensão gradual de conceitos; na Matemática, isso se traduz em recursos que permitem visualizar quantidades, decompor números, explorar formas geométricas e compreender relações de medida e proporção.



Integração ao Projeto Municipal “Tudo é Matemática.”

A iniciativa de aquisição de kits móveis didáticos de Matemática, integra-se ao Projeto Municipal “Tudo é Matemática”, a ser implementado ao longo do ano letivo de 2026. O projeto tem como finalidade consolidar práticas pedagógicas inovadoras na rede, ampliar o engajamento estudantil e impulsionar o desenvolvimento de habilidades e competências matemáticas, especialmente à partir do 5º ano do Ensino Fundamental. Ao articular diferentes ações em projetos interdisciplinares, o “Tudo é Matemática” busca mostrar aos estudantes que a disciplina está presente em variados contextos da natureza, na organização do espaço urbano, nas artes, na música, nos esportes e na vida cotidiana, contribuindo para romper com a imagem de que a Matemática se restringe ao livro e ao quadro e ajudando a construir uma relação mais positiva dos alunos com este conhecimento essencial.

Para garantir a efetividade do Kit Móvel Didático de Matemática, o Projeto “Tudo é Matemática” promoverá a articulação entre as estratégias manipulativas e os objetivos curriculares definidos na BNCC e nos documentos orientadores da rede. Essa integração visa assegurar que as ações desenvolvidas estejam alinhadas às expectativas de aprendizagem de cada ano escolar, por meio da formação continuada dos professores e com foco em potencializar a:

- Compreensão dos pressupostos teóricos que fundamentam o uso de materiais manipuláveis e metodologias ativas;
- Elaboração de sequências didáticas que integrem atividades práticas, resolução de problemas e o uso de diferentes representações matemáticas;
- Aplicação de avaliação diagnóstica capaz de identificar avanços, dificuldades e necessidades específicas dos estudantes ao longo do processo.

3.DA AMOSTRA

3.1. Considerando que, ao realizar procedimentos licitatórios, a administração detém a prerrogativa discricionária de definir as características mínimas dos bens a serem adquiridos, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021. Nesse contexto, a exigência de amostra é necessária para garantir a adequação das especificações, visando a qualidade e durabilidade dos produtos a serem adquiridos, conforme Termo de Referência.

3.1.2. A licitante provisoriamente vencedora da etapa de lances será comunicada via chat para apresentar 1 (uma) amostra de cada item do kit, até 5 (cinco) dias úteis da solicitação, das 8h às 12h e das 14h às 17h de segunda a quinta e das 8h às 13h às sextas, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal.

3.1.3. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo, no que couber.

3.1.4. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto.



- 3.1.5. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, dentre outros necessários de acordo com as características do Termo de Referência.
- 3.1.6. Será rejeitada, mediante despacho fundamentado, a amostra que não atender às especificações descritas neste edital.
- 3.1.7. Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não a entregar no prazo estabelecido.
- 3.1.8. Se a amostra for aceita, do quantitativo total a ser entregue pelo licitante vencedor serão subtraídos os produtos apresentados como amostra.
- 3.1.9. Se a amostra for rejeitada, será examinada a proposta do licitante subsequente.
- 3.1.10. Caso a proposta do licitante subsequente seja aceita e o licitante habilitado, o pregoeiro solicitará, no prazo estabelecido neste Edital, amostra dos produtos ofertados.
- 3.1.12. Após a homologação do certame, o licitante terá 30 (trinta) dias úteis para retirar a amostra rejeitada no mesmo endereço onde foi entregue. Após esse prazo, as amostras não retiradas serão descartadas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, artefato pertencente ao processo administrativo que originou o presente Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Para que o objeto seja atendido na sua integralidade, faz-se necessário que alguns requisitos sejam preenchidos, tais como:
- 5.1.1. A empresa contratada deverá ter experiência no mercado, comprovando a aptidão para a execução do objeto, evitando assim, que ocorra interrupção da execução, ou até mesmo sua inexecução;
- 5.1.2. Possuir infraestrutura adequada, suficiente e compatível ao planejamento, programação, gestão, controle, administração, organização e execução do objeto, utilizando-se de pessoal especializado e capacitado;
- 5.1.3. Manter, por si, por seus prepostos e empregados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Os materiais deverão ser fornecidos conforme as necessidades da administração, após solicitação mediante ordem de fornecimento, no prazo máximo de **15 (quinze)** dias.

6.2. Condições de execução:

- 6.2.1. A execução do fornecimento é de responsabilidade da contratada, a qual também deverá despender de toda logística necessária para atendimento do objeto a ser realizado, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.
- 6.2.2. No momento da entrega, os materiais serão recebidos pelo responsável designado.
- 6.3. O recebimento do objeto desta licitação estará condicionado à conferência quantitativa e qualitativa para a aceitação final, obrigando-se a licitante vencedora a substituir



eventuais materiais que não atendam as especificações ou eficácia desejadas e que eventualmente tenham sido recebidos.

6.4. Os fornecimentos executados em desacordo com o estipulado neste instrumento e na proposta do adjudicatário será rejeitado, parcial ou totalmente, conforme o caso.

6.5. Os prazos devem se adequar à solicitação da Secretaria demandante, conforme cronograma de especificação de cada serviço.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU GERENCIAMENTO DA ATA

7.1. O contrato e/ou ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021, e regulamentos, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, quando couber, respeitando o firmado no instrumento correspondente a ata de registro de preços, no caso de não ser firmado o contrato.

7.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. Após a assinatura do contrato/ata, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para apresentação de informações e esclarecimentos acerca das obrigações contratuais, dentre outras especificidades para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5. O órgão gerenciador será responsável pela fiscalização do cumprimento da ata de registro de preços e em caso de formalização do contrato, a administração designará fiscal responsável pelo cumprimento das obrigações previstas no termo e na legislação.

8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

8.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, conforme programação prévia do evento, juntamente com documento de controle, pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização do contrato ou equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



- 8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais, com atesto de recebimento, acompanhada da respectiva documentação fiscal.
- 8.6. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
- 8.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Por se tratar de um procedimento de registro de preços, os recursos para cobrir as despesas decorrentes dos fornecimentos futuros do objeto desta licitação serão consignados no orçamento do Município, mediante as classificações funcionais programáticas específicas da Secretaria solicitante a serem informadas quando das solicitações e das ordens de fornecimento.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/ FORNECEDORA REGISTRADA

- 10.1. Manter, durante toda a vigência do contrato as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem à mesma, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas;
- 10.2. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões, limitadas ao estabelecido no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 10.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.



- 10.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.6. Refazer o objeto contratual que comprovadamente os itens apresentem condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da sua notificação.
- 10.7. Cumprir as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- 10.8. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado pela contratante, encarregado de acompanhar a execução do processo de entrega e recebimento dos objetos de Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 10.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.
- 10.10. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no Título II, Capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.
- 10.11. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função do fornecimento prestados à contratante, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à contratante.
- 10.12. É de responsabilidade da contratada, estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que tratar-se da manipulação dos dados da contratante e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.
- 10.13. Fornecer todo material necessário, de boa qualidade, bem como a mão-de obra necessária e adequada, devidamente uniformizada, para o perfeito cumprimento do objeto contratual.
- 10.14. A Contratada deverá assumir integralmente a responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto, na forma do que dispõe a legislação em vigor, o edital e o contrato.
- 10.15. A contratada deverá fornecer, juntamente aos serviços previstos neste Termo de Referência, os Recursos Humanos necessários para executar com eficiência o contrato, bem como outros correlatos que venham a ser exigidos pela Contratante.
- 10.16. Se responsabilizar por todos os custos diretos e indiretos, inclusive transporte, carga e descarga, mobilização e desmobilização, seguros, frete, impostos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 10.17. Substituir imediatamente às suas expensas, os alimentos que estiverem fora das especificações e impróprios para o consumo humano, ou quando se apresentar insalubre ou com vestígios de deterioração, bem como, arcar com os prejuízos oriundos de eventual dano coletivo, devidamente comprovado, por ingestão de alimento contaminado.



11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, bem como atestar nas notas fiscais e faturas, por meio de representante especialmente designado;
- 11.2. Efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas;
- 11.3. Zelar, para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, avaliando a qualidade do serviço prestado ou objeto entregue, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, observando para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, devendo tomar as providências cabíveis para que seja aplicada à contratada as penalidades regulamentares e contratuais, quando for o caso;
- 11.4. Permitir acesso aos funcionários da contratada, desde que devidamente identificados, ao local onde será realizada a execução do objeto, devidamente informados pela contratante.
- 11.5. Tomar as providências necessárias visando facilitar o desempenho dos serviços por parte da contratada.
- 11.6. Prestar aos funcionários da contratada as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados.
- 11.7. Analisar e atestar os documentos apresentados pela contratada, quando da cobrança pela execução. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, estes serão devolvidos à contratada para as devidas correções e devolvidos à contratante para análise, ateste e pagamento.
- 11.8. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da proteção dos dados pessoais, a contratante se obriga a dar ciência prévia à contratada quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.
- 11.9. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da contratante com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 11.10. Fornecer, mediante solicitação escrita da contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos.

12. FISCALIZAÇÃO

- 12.1. Nos termos do artigo 117, da Lei nº 14.133/21 e o que dispõe a Lei Municipal nº 888/2023, a Administração designará servidor responsável, para acompanhar fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.



12.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

12.3. Da mesma forma, a adjudicatária, querendo, poderá indicar um preposto para, se aceito pelo Município, representá-la na execução do contrato.

12.4. Nos termos da legislação e do edital, o Ata/contrato assinado acompanhado da referida nota de empenho e juntamente com a ordem de fornecimento, constituirá documento de autorização para entrega dos serviços objeto desta licitação.

12.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela adjudicatária, sem ônus para a Administração.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

13.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.2.1. não produzir os resultados acordados,

13.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

13.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

13.3.1. Nota fiscal;

13.3.2. Relatório da contratada constando o número de colaboradores que estiveram à disposição do contratante no respectivo mês;

13.3.3. Aceite do Fiscal do Contrato no Relatório e na Nota fiscal.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A contratada deverá executar o objeto do presente termo referência, edital e anexos e de acordo com a proposta apresentada, fornecendo toda mão de obra e demais meios necessários, mantendo funcionários devidamente credenciados e uniformizados em número e especificação compatíveis com a natureza dos serviços, conforme as determinações aqui dispostas.

14.2. A executora deverá manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação, devendo comunicar, por escrito, à contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

14.3. A contratada deverá ainda, atender prontamente as reclamações dos munícipes, executando os serviços conforme o pactuado no procedimento licitatório e no instrumento contratual.

14.4. A fiscalização do cumprimento das obrigações oriundas do termo de contrato, em nenhuma hipótese eximirá a contratada das responsabilidades contratuais e legais, bem



como dos danos materiais ou morais que forem causados a terceiros, seja por atos ou omissões próprias ou de seus funcionários e prepostos.

14.5. A contratada deverá comunicar à contratante, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução dos serviços.

14.6. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos, em decorrência do contrato, correrão por conta da executora.

14.7. A contratada deverá dispor de local, com infraestrutura suficiente para o atendimento administrativo na execução dos serviços.

14.8. A contratada deverá apresentar garantia de execução para a vigência do contrato e complementá-la no caso de eventual desconto para pagamento de penalidade.

14.9. A contratada deverá responder por quaisquer acidentes, danos ou prejuízos materiais e ou pessoais causados à contratante, seus empregados ou a terceiros, como consequência de imperícia, imprudência ou negligência própria ou de seus empregados, decorrente de sua prestação de serviços.

Ribeira do Pombal/BA, 14 de maio de 2026.

Aline Santos da Silva
Secretária Municipal de Educação



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

O MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO POMBAL, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ nº 13.809.397/0001-09, com sede na Praça Domingos Ferreira de Brito S/N – CEP 48400-000, Bairro Pedro Tibúrcio, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, denominada de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Jose Clécio Fernando Nascimento da Silva. **O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRA DO POMBAL**, com sede à Avenida Oliveira Brito, 340, centro, CEP: 48.400-000, na cidade de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 34.307.312/0001-64, representada neste ato pela senhora Secretária Aline Santos da Silva, denominado de **ÓRGÃO PARTICIPANTE** e considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO nº XXX/2026** e a sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços das empresas _____, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 888/2023 e Decreto Municipal nº. 033, de 12 de julho de 2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto Registro de preços para futura contratação de empresa especializada no fornecimento e implantação de solução pedagógica integrada para o ensino de Matemática, composta por Kits Móveis Didáticos e plataforma digital, incluindo suporte aos profissionais, destinada ao desenvolvimento das competências e habilidades lógico-matemáticas dos alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico nº. XXX/2026 e seus anexos, e propostas de preços apresentadas, de acordo com o art. 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto será fornecido mediante a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os serviços serão executados pelos preços registrados constantes no anexo I desta Ata.

3.1.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais/faturas do fornecimento, objeto do registro de preços junto ao setor competente, as referidas notas fiscais deverão ser apresentadas e acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal, Certidão de Regularidade Fiscal com



as Fazendas Nacional, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.1.2. Poderá ser efetuado pagamento ao fornecedor inadimplente quanto a regularidade fiscal e trabalhista, contudo, em caso de não haver sua regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, seu registro será cancelado da respectiva ARP e podendo sofrer as penalidades previstas no edital e na legislação vigente.

3.1.3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

3.1.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Administração Municipal, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = $I \times N \times VP$, em que:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

3.1.5. Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução desta ARP, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

4. DA REVISÃO, REPACTUAÇÃO E REAJUSTE DOS PREÇOS

4.1. A revisão de valores, para majorar ou diminuir, poderá ocorrer de ofício ou a pedido da licitante detentora da ARP, nas seguintes condições:

4.1.1. Os preços registrados poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial registrado em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida na letra "d" do inciso II, do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

4.1.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.1.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação



4.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos ou instrumentos equivalentes com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

4.2.1. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata.

4.3. Os Fornecedores detentores da ARP não poderão interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

4.4. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo a análise dos preços pelo Departamento de Compras e a deliberação a respeito do pedido pelo Diretor do Departamento de Compras, com decisão final do Secretário de Administração e Finanças.

4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- b) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- c) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
- d) Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de mídias especializadas que constate tratar-se de elevação extraordinária do preço etc.

4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte do fornecedor, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar.

4.8. Se não houver prova efetiva de desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

4.9. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem acima, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens pelo preço registrado na ata.



4.10. O reequilíbrio será concedido a partir da data do protocolo do pedido, Fornecedor deverá cumprir com a execução dos serviços contratados empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

4.11. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ARP, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

4.12. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

4.13. DO REAJUSTE

4.13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados da data do orçamento estimado.

4.13.2. Nos casos em que houver a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preço por igual período, poderá ser realizado o reajuste dos valores praticados, a pedido do Fornecedor, sendo observado a vantajosidade e interesse público envolvido, mediante análise documental.

4.13.3. Caso seja necessária a concessão do reajuste, haverá a obrigação do contratante, desde que solicitado pelo contratado, em realizar a aplicação do índice IPCA, nos termos da legislação vigente.

4.13.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da lei 14.133/2021.

6. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei 14.133/2021, e nos termos fixados no anexo I, observando-se a sua conformidade com as previsões deste instrumento convocatório.

6.2. Os serviços, objeto desta ARP, deverão ser entregues no local e horário indicados pelo setor requisitante, conforme dados contidos na ordem de fornecimento respectiva, de forma parcelada, mediante solicitação, sendo conferida por servidor público as quantidades solicitadas, a marca e validade do serviço acaso extrapole o prazo estabelecido a empresa poderá sofrer as sanções previstas no item 9 e seguintes da Ata.

6.3. Os serviços, objeto da ARP, deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, por serem meramente estimativos, considerando-se perfeitamente realizado o objeto contratual.

6.4. O serviço executado em desacordo com o estipulado neste instrumento e na proposta do adjudicatário será rejeitado, parcial ou totalmente, conforme o caso.



6.5. Caberá ao departamento de compras, o recebimento e a atestação da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondentes aos fornecimentos, em pleno acordo com as especificações contidas no anexo I desta ARP.

6.6. Ao Município caberá o direito de recusar os serviços caso a não atenda às exigências do padrão de qualidade ou quando houver divergência dos itens constantes no termo de referência

6.7. Não será permitida substituição de serviços ou modelo/marcas sem autorização prévia da Administração. Caso ocorra a empresa será multada e poderá até ter seu registro cancelado.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. Por se tratar de um procedimento de registro de preços, os recursos para cobrir as despesas decorrentes dos fornecimentos futuros do objeto desta licitação serão consignados no orçamento do Município, mediante as classificações funcionais programáticas específicas da Secretaria solicitante a serem informadas quando das solicitações e das ordens de fornecimento.

8. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

8.1. **O MUNICÍPIO**, durante a vigência desta Ata, compromete-se a:

8.1.1. Proporcionar à fornecedora registrada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente ARP, consoante estabelece as regras previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 033/2023.

8.1.2. Notificar o fornecedor registrado quanto à requisição dos serviços mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor sendo que a nota de empenho repassada ao fornecedor poderá equivaler a uma ordem de fornecimento.

8.1.3. Permitir ao pessoal do fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas às normas de segurança.

8.1.4. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

8.1.5. Providenciar o pagamento à fornecedora registrada após vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, nos prazos fixados.

8.1.6. Receber os serviços entregues pelo fornecedor, desde que estejam em conformidade com as especificações contratadas.

8.1.7. Devolver com a devida justificativa, quaisquer serviços entregues fora dos padrões e normas constantes do edital e seus anexos.

8.2. **O(S) FORNECEDOR(ES)**, durante a vigência desta Ata, compromete(m)-se a:

8.2.1. Manter, durante toda a vigência desta Ata de Registro de Preços, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem à presente Ata, sob pena de sua extinção e aplicação das penalidades ora previstas.

8.2.2. Executar os serviços conforme especificação e preços registrados e na forma prevista.



- 8.2.3. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município.
- 8.2.4. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes do fornecimento, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, apresentar ao Município comprovante de quitação com os órgãos competentes.
- 8.2.5. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o fornecimento.
- 8.2.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município.
- 8.2.7. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros termos de autorização que se façam necessários à execução dos serviços.
- 8.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto firmado com o Município, sem prévia e expressa anuência.
- 8.2.9. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Município.
- 8.2.10. Executar os serviços nos prazos constantes na respectiva ordem de serviços.
- 8.2.11. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas, bem como substituir, sem ônus adicionais e no prazo constante no Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, os serviços cujos padrões de qualidade, segurança e finalidade não se prestem ao seu fim específico
- 8.2.12. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) serviços cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificar vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. Não enviar a proposta readequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra.
- 9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.



9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5. Fraudar a licitação.

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência.

9.2.2. Multa.

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ARP, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato ou ARP.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3,



quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10. DAS HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Quando haja descumprimento das condições previstas na Ata de Registro de Preços.

10.2. Não retirada da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

10.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e não restar comprovada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

10.4. Não aceitar manter o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado e não restar comprovada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

10.5. Sofrer sanções previstas no art.156 da lei 14.133/2021.

10.6. Tiver presentes razões do interesse público.

10.7. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deve ser formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.8. O fornecedor pode solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do artigo 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração designará servidor ou comissão para acompanhar e fiscalizar a execução da ARP, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

11.2. O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

11.3. O fiscal da Ata de Registro de Preços informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO



12.1. O objeto deste Fornecimento será recebido de acordo com o disposto art. 140, II, *a* e *b* da Lei nº 14.133/2021 e de acordo com as normas previstas no termo de referência e edital.

13. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

13.1. São Órgãos Participantes desta Ata de Registros de preços:

a) Fundo Municipal de Educação

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Fornecimento, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

Ribeira do Pombal/BA, ____ de _____ de _____.

Diretor, Sócio Administrador ou Representante Legal

José Clécio Fernando Nascimento da Silva
Secretário de Administração e Finanças
Órgão Gerenciador

Aline Santos da Silva
Fundo Municipal de Educação
Órgão Participante



ANEXO I

Este documento constitui parte integrante da Ata de Registro de Preços nº XXX/2026, firmada entre o Município de Ribeira do Pombal e a empresa detentora dos preços registrados, os quais se encontram discriminados por item, em decorrência da realização do Pregão Eletrônico nº XXX/2026.

EMPRESA:					
CNPJ:				FONE:	
END.:				E-MAIL:	
REPRESENTANTE LEGAL:					
LOTE XX	QTDE.	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL



ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO, QUE
ENTRE SI CELEBRAM **O MUNICÍPIO DE
RIBEIRA DO POMBAL** E A
EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO POMBAL, Estado da Bahia, doravante denominado apenas CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 13.809.397.0001-09, com sede na Praça Domingos Ferreira de Brito S/N – CEP 48400-000, Bairro Pedro Tibúrcio, na cidade de Ribeira do Pombal, representado neste ato pelo Prefeito Municipal o senhor XXXXXXXXXXXX e a empresa _____ doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade particular, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na _____, na cidade de _____, Estado de _____ neste ato representada por _____, portador do CPF nº _____, adiante firmado, consoante os termos do que integra este ajuste, fazem-se presentes para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, nos termos da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº XXX/2026 do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026** e as cláusulas e condições a seguir descritas.

1. DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto a futura contratação de empresa especializada no fornecimento e implantação de solução pedagógica integrada para o ensino de Matemática, composta por Kits Móveis Didáticos e plataforma digital, incluindo suporte aos profissionais, destinada ao desenvolvimento das competências e habilidades lógico-matemáticas dos alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, observadas as especificações constantes no edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2026 e seus anexos, proposta de preços apresentada, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais que fundamentam a licitação, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela perfeita e fiel execução do objeto deste contrato, a contratante, pagará a contratada, o **valor global de R\$: XXXX (XXXXX)**, referente ao especificado no anexo I deste contrato.

2.2. O prazo para pagamento das notas fiscais apresentadas será de até 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da nota fiscal, devidamente atestada com o recebimento dos serviços, no protocolo da (Secretaria de Administração e Finanças) acompanhada da



seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal, Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

2.3. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Administração Municipal, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = $I \times N \times VP$, em que:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

2.4. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, ressalvadas por extinção contratual em que serão realizados os pagamentos pelos serviços efetivamente fornecidos.

2.5. Nos preços estão incluídas todas as despesas de salários e encargos sociais, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, exceto os impostos e as taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas separadamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência do contrato terá como início a data da sua assinatura e consequente emissão de ordem de fornecimento, até o dia 31 de dezembro de 202xx ou até a entrega total dos produtos contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa decorrente do objeto a ser contratado correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PROJETO ATIVIDADE: XXXX

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO, REPACTUAÇÃO E REAJUSTE DOS PREÇOS

5.1. A revisão de valores, para majorar ou diminuir, poderá ocorrer de ofício ou a pedido da licitante detentora do contrato, nas seguintes condições:

5.1.1. Os preços poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial contratado em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em

Praça Domingos Ferreira de Brito, s/n, Pedro Tibúrcio, Ribeira do Pombal - BA, 48400-000 ☎ 3276-1026 / 3276-1688

E-mail: licitacao@ribeiradopombal.ba.gov.br



decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida na letra "d" do inciso II, do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.1.2. Quando o preço contratado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o contratado para negociarem a redução dos preços, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

5.1.3. O contratado que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação

5.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço contratado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata.

5.3. O contratado não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

5.4. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor, cabendo a análise dos preços pelo Departamento de Compras e a deliberação a respeito do pedido pelo Diretor do Departamento de Compras, com decisão final do Secretário da Administração e Finanças.

5.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- b) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- c) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
- d) Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de mídias especializadas que constate tratar-se de elevação extraordinária do preço etc.

5.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

5.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte do fornecedor, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar.

5.8. Se não houver prova efetiva de desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor constante no contrato, sob pena de extinção contratual e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital e no presente contrato.



5.9. O reequilíbrio será concedido a partir da data do protocolo do pedido. O Fornecedor deverá cumprir com a entrega de todos os serviços empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

5.10. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento do contrato, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.11. DO REAJUSTE

5.11.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados da data do orçamento estimado.

5.11.2. Nos casos em que houver a prorrogação do prazo de vigência do contrato por igual período, poderá ser realizado o reajuste dos valores praticados, a pedido do contratado, sendo observado a vantajosidade e interesse público envolvido, mediante análise documental.

5.11.3. Caso seja necessária a concessão do reajuste, haverá a obrigação do contratante em realizar a aplicação do índice IPCA, nos termos da legislação vigente.

5.11.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

6.1.1. O Pagamento de encargos sociais, taxas, fornecimento dos materiais necessários e demais despesas exigidas para a execução do contrato de responsabilidade da contratada.

6.1.2. A contratada deverá executar o fornecimento em conformidade com o descrito no termo de referência e respectiva Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante.

6.1.4. Responsabilizar-se-á pela obtenção de alvarás, licenças ou quaisquer outros documentos que se façam necessários à assinatura e execução do contrato.

6.1.5. Executar fielmente o objeto contratado no prazo estipulado.

6.1.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante o prazo de vigência da garantia dada, estipulada na proposta da contratada.

6.1.7. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração ou delito seja qual for, quando praticado por empregado seu e relacionado à execução do fornecimento realizado ao Município, sobretudo quando envolver o nome e ou a imagem deste ou de qualquer de seus servidores ou autoridades usuárias.

6.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente contrato, sob pena de sua extinção e aplicação das penalidades ora previstas.



6.1.9. Assumir inteira e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato sejam essas de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do Município, relativamente a esses encargos, inclusive os que, eventualmente, advirem de prejuízos causados a terceiros

6.1.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que, a critério do Município, se façam necessários nos serviços, objeto deste contrato, até os limites fixados no art. 125 da Lei nº. 14.133/2021.

6.2. O CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

6.2.1. Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.

6.2.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, consoante estabelece a Lei nº. 14.133/2021.

6.2.3. Acompanhar, controlar e analisar a execução do fornecimento.

6.2.4. Observar para que, durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada;

6.2.5. Indicar os seus representantes responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e controle do objeto deste contrato.

6.2.6. Notificar à contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do fornecimento, fixando prazo para as devidas correções.

CLÁUSULA SETIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, o contratado que não observar o disposto na **cláusula 9** da Ata de registro de preços que deu origem ao presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

8.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 888/2023, a Administração designará um fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

8.2. O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art. 140, II, “a” e “b”, da Lei 14.133/2021, com alterações posteriores, sem prejuízo do que dispõe o termo de referência;

8.3. O fornecimento do objeto executado em desacordo com o estipulado neste instrumento e na proposta do adjudicatário será rejeitada, parcial ou totalmente, conforme o caso;

8.4. As quantidades indicadas no termo de referência são meramente estimativas, podendo ser alteradas, para mais ou para menos, de acordo com as necessidades do Município, em todo caso, obedecendo os limites previstos na lei e no edital;

8.5. Caberá ao fiscal do contrato designado ou equivalente, o recebimento e a atestação da(s) Nota(s) Fiscal (is) Fatura(s) correspondentes aos fornecimentos, em pleno acordo com as especificações contidas no termo de referência do edital e no presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO E RECONHECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO



- 9.1. A extinção das obrigações decorrentes do presente contrato se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021 e com as disposições previstas no presente contrato.
- 9.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 9.3. A extinção, administrativa ou amigável, será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4. A extinção determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, acarreta as consequências previstas nos incisos II e IV do art. 156 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.
- 9.5. Na hipótese de se concretizar a extinção contratual, poderá a Administração contratar a licitante classificada em colocação subsequente, observadas as disposições do art. 75, “e” da Lei nº 14.133/2021 ou efetuar nova Licitação.
- 9.6. Constituem motivos para extinção do contrato:
- 9.6.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos.
- 9.6.2. O atraso injustificado na execução dos serviços.
- 9.6.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- 9.6.4. A prática reiterada de faltas na sua execução, anotadas na forma do art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021.
- 9.6.5. A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil.
- 9.6.6. A alteração social ou a modificação de finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução do contrato.
- 9.6.7. O interesse público, devidamente justificado.
- 9.6.8. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE EXTINÇÃO

- 10.1. Na hipótese de extinção administrativa do presente contrato, a contratada reconhece, de logo, o direito da contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no art.139 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO DO EDITAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 11.1. Este contrato decorre do Processo Administrativo nº xx/2026 e Pregão Eletrônico nº xxx/2026, fundamentada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações, legislação municipal disposta no preâmbulo do edital, fazendo parte integrante do processo o edital do pregão e propostas contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS



12.1. Todas as comunicações entre as partes, que impliquem em solicitação de produtos, controle de atendimento, reclamação, ou qualquer outra ocorrência digna de registro, serão feitas por escrito e/ou meio eletrônico.

12.2. O presente contrato admite alterações, mediante termo aditivo, na forma estabelecida na Lei Nº 14.133/2021.

12.3. Caberá a contratante a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do parágrafo único do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. A contratada responderá por toda e qualquer responsabilidade, mesmo que aqui não esteja descrita, mas que a legislação ou a aplicação deste contrato assim o impuser.

12.5. Nos termos do §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021, antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia, independentemente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões derivadas deste contrato.

13.2. E por estarem assim justas e acordadas, declaram aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentos sobre o assunto, firmando-o em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ribeira do Pombal/BA, ____ de _____ de _____

PELA CONTRATANTE:

PELA CONTRATADA:

ERIKSSON SANTOS SILVA

Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA



**RIBEIRA DO
POMBAL**
P R E F E I T U R A

Estado da Bahia
Município de Ribeira
do Pombal

ANEXO I

EMPRESA:					
CNPJ:				FONE:	
END.:				E-MAIL:	
REPRESENTANTE LEGAL:					
LOTE XX	QTDE.	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL